

TERMO DE REFERÊNCIA

Estudos para elaboração do Plano Nacional de Mineração 2050

CADERNO 4 – Fatores Críticos de Competitividade da Indústria Mineral Brasileira

CADERNO 4 – Fatores Críticos de Competitividade da Indústria Mineral Brasileira

OBJETIVOS

Realizar análise da competitividade da indústria mineral brasileira e de sua atratividade ao investimento privado, por meio de uma apreciação detalhada de seus aspectos tributários, regulatórios, socioambientais, de infraestrutura, de restrição à atividade de mineração, trabalhistas, de financiamento, de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) e, também, aqueles relacionados a incertezas jurídicas e administrativas, dentre outros temas relevantes na determinação da competitividade da indústria mineral. Necessário ainda considerar uma abordagem integrada desses aspectos, avaliando suas possíveis inter-relações e, também, compreender o posicionamento do Brasil em rankings internacionais relacionados ao contexto da indústria mineral, em especial aquele desenvolvido no âmbito da *Fraser Institute Annual Survey of Mining Companies*.

Além das análises supracitadas, deverá ser desenvolvida uma abordagem propositiva, contendo a indicação de medidas de política a serem consideradas para a promoção de melhoria da posição competitiva do Brasil no contexto global dos mercados de produtos da indústria de extração e transformação mineral, tendo em vistas os fatores críticos de competitividade analisados.

ESCOPO DOS ESTUDOS

Os estudos contemplarão um capítulo com a análise dos fatores críticos da competitividade da indústria mineral brasileira, incluindo a avaliação de seus impactos na atratividade do setor ao investimento privado e a proposição de eventuais medidas de melhoria, devendo ser abordados, no mínimo, os fatores e aspectos apresentados a seguir.

1. Tributários

- Analisar a evolução e composição da carga tributária incidente sobre segmentos da mineração brasileira e sobre cadeias de transformação mineral brasileira selecionados, caracterizando fatos geradores, alíquotas incidentes e carga tributária nas vendas internas, separadamente das destinadas à exportação;
- Identificar os aspectos e práticas tributárias (inclusive subsídios e incentivos fiscais) que inibem ou estimulam o desenvolvimento tecnológico e a verticalização das cadeias de produção da indústria mineral no país;
- Identificar os aspectos e práticas tributárias (inclusive subsídios e incentivos fiscais) que inibem ou estimulam a expansão de exportações da indústria mineral no país; e
- Realizar análise comparativa da conceituação e regulação da CFEM com os correspondentes royalties públicos incidentes sobre a produção mineral em outros países e regiões de destaque na indústria mineral mundial.

2. Regulatórios

- Analisar normas e regulamentos aplicáveis aos segmentos da indústria mineral brasileira, avaliando seus impactos sobre a atratividade ao investimento privado;
- Analisar eventuais impactos das regulações de outros setores (ambiental, infraestrutura e logística, tributário, trabalhista, concorrencial etc.) sobre segmentos da mineração e da transformação mineral e identificar oportunidades de aprimoramento;
- Identificar boas práticas regulatórias internacionais e analisar a regulação do setor mineral brasileiro à luz dessas boas práticas, propondo eventuais aperfeiçoamentos;
- Identificar os principais entraves regulatórios ao investimento privado no setor mineral brasileiro, tanto por agentes nacionais quanto estrangeiros, apresentando propostas para a sua resolução ou mitigação; e
- Avaliar a agenda regulatória da Agência Nacional de Mineração - ANM e sua aderência às diretrizes e políticas governamentais do setor mineral nacional e indicar temas prioritários para regulação.

3. Socioambientais

- Analisar os procedimentos de licenciamento ambiental nos níveis federal, estadual e municipal, segundo grupos de substâncias e regimes de aproveitamento, nos cinco principais estados produtores, avaliando seu impacto na implantação e operação de empreendimentos minerários e na atratividade do setor mineral brasileiro ao investimento privado;
- Analisar o impacto dos conflitos sociais na implantação de empreendimentos minerários, à luz das normas vigentes, apresentando propostas de políticas com base em experiências internacionais bem-sucedidas de resolução e mitigação de conflitos;
- Analisar as necessidades de disponibilidade e qualificação da mão-de-obra (educação profissionalizante, treinamento) associadas ao desenvolvimento das cadeias de minerais estratégicos no longo prazo, apresentando proposta de políticas de educação e formação de recursos humanos;
- Identificar pontos críticos para o cenário ESG do setor de mineração brasileiro, apresentando propostas para melhoria; e
- Avaliar a imagem do setor mineral brasileiro, a partir da identificação dos fatores de influência e com base na percepção da sociedade, identificar desafios e apresentar propostas para melhoria.

4. Infraestrutura

- Analisar a disponibilidade e o custo de energia para segmentos da mineração e da transformação e seu impacto na competitividade dos empreendimentos atratividade do setor ao investimento privado e apresentar propostas de política levando em consideração o potencial de expansão da indústria mineral nacional (províncias minerais, áreas potenciais para implantação de novos empreendimentos etc.) no horizonte do longo prazo
- Analisar a infraestrutura de transportes e logística nacional e o seu custo para segmentos da mineração e da transformação mineral e avaliar o seu impacto sobre a viabilidade e a competitividade de empreendimentos e sobre atratividade ao investimento privado, e apresentar propostas de política levando em consideração o potencial de expansão da indústria mineral nacional (nas províncias minerais definidas

no Caderno 1, áreas potenciais para implantação de novos empreendimentos etc.) no horizonte do longo prazo; e

- Analisar a disponibilidade e o custo da água para segmentos da mineração e da transformação e seu impacto na competitividade dos empreendimentos atratividade do setor ao investimento privado e apresentar propostas levando em consideração o potencial de expansão da indústria mineral nacional e a preservação do recurso natural.

5. Financiamento

- Analisar as principais fontes de financiamento da mineração brasileira (crédito tradicional, fundos de investimento, listagem em bolsa de valores etc.), segregando os financiamentos com recursos internos daqueles captados no exterior e considerando, especialmente, a fase do empreendimento minerário (pesquisa ou produção) e o porte das empresas;
- Avaliar o impacto do acesso ao financiamento no Brasil para o desenvolvimento da mineração brasileira, em suas diversas fases; e
- Identificar boas práticas internacionais no financiamento da atividade minerária, indicando oportunidades de melhoria do ambiente brasileiro e apresentando propostas de criação de novos instrumentos de financiamento no horizonte das próximas décadas.

6. Incertezas jurídicas e administrativas

- Identificar situações de duplicação regulatória e inconsistências nas normas e regulamentos aplicáveis ao setor mineral brasileiro, incluindo as regulações federais ambientais, tributárias, etc., e avaliar o impacto das incertezas quanto à administração, interpretação ou aplicação dos regulamentos existentes na atratividade do setor ao investimento privado, apresentando propostas para o aprimoramento da estabilidade regulatória e da segurança jurídica e administrativa nacionais.

7. Restrições à atividade minerária

- Analisar situações que caracterizem restrição ou critérios diferenciados para a realização da atividade minerária em determinadas áreas (unidades de conservação, terras indígenas, faixa de fronteira etc.), incluindo aquelas abordadas no PNM 2030, avaliando seu impacto sobre o desenvolvimento da mineração em face do potencial de recursos minerais nas áreas restritivas identificadas; e
- Identificar, com base em normas e experiências internacionais, possibilidades de compatibilização do desenvolvimento da mineração com os interesses protegidos pelas restrições identificadas e apresentar propostas para o contexto nacional.

8. PD&I

- A análise detalhada dos resultados das Pesquisas de Inovação do IBGE (PINTEC), de forma a permitir a construção de um quadro geral de referência sobre a situação atual e a evolução do esforço de P&D e do desempenho inovador (nos diversos indicadores da Pesquisa) das empresas do setor mineral brasileiro, com informações desagregadas, no mínimo, por porte e origem de capital das empresas e que possibilite ainda construir um panorama da capacidade do setor no que se refere ao desenvolvimento de novos produtos, novos processos, novos serviços, novos modelos organizacionais e à criação de cultura de inovação.

- Avaliar a abrangência e intensidade do apoio público a PD&I nas empresas do setor mineral, a partir de uma análise dos dados da PINTEC/IBGE e de outras fontes de informação disponíveis (Finep, BNDES, CNPq, Embrapa, entre outras). Avaliar de forma complementar o apoio público a PD&I específico às empresas juniores, pequenas e médias empresas atuando em território nacional.
- Examinar os gargalos e as oportunidades para potencializar o esforço de P&D e o desempenho inovador das empresas do setor mineral brasileiro no contexto do marco legal de apoio à inovação brasileiro e do conjunto de instrumentos destinado a incentivar a adoção de estratégias inovativas pelas empresas do País – incluindo a Lei de Inovação (Lei no 10.973/2004), a “Lei 17 do Bem” (Lei 11.196/2005) e o novo Marco Legal da C&T (Lei 13.243/16), entre outros dispositivos –, com o objetivo de identificar oportunidades de desenvolvimentos de medidas de políticas e programas incentivo de PD&I para o setor mineral dentro do arcabouço existente e, também, apontar aperfeiçoamentos do atual marco legal que possam favorecer o incentivo à pesquisa e inovação no setor.
- Comparar o investimento das empresas de mineração no Brasil, com os investimentos realizados por empresas em outros países como Austrália, Canadá, Chile, Peru, EUA e China, pontuando se há alguma obrigatoriedade para investimento em PD&I na mineração.